

**O PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA
E OS PERSONAGENS DA LITERATURA INFANTIL:
ANÁLISE DO LIVRO *MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA***

Gabriela do Rosario Silva (UENF)

gabi.dorsilva@gmail.com

Sharlys Jardim da Silva Santos (UENF)

sharlys jardim@hotmail.com

Shirlena Campos de Souza Amaral (UENF)

shirlenacsa@gmail.com

RESUMO

A investigação delineada no presente trabalho tem como propósito analisar o livro *Menina Bonita do Laço de Fita* da escritora brasileira Ana Maria Machado, e a partir deste, elencar em que medida a escola e suas práticas escolares tem caminhado, de forma a andar lado a lado com as transformações sociais, a fim de trabalhar com as demandas do seu corpo discente e as múltiplas culturas inerentes a este, principalmente no que concernem as diversidades étnico-raciais. Nessa vertente, consiste como preensão do mesmo, verificar se a prática e a abordagem da literatura infantil com personagens negros, que refletem os atores envolvido na sala de aula contribuem para o combate ao preconceito de cor em sala de aula e na escola como um todo. A pesquisa se respalda na reflexão de estudiosos sobre a temática apresentada e os questionamentos elencados a partir destes com base na legislação vigente e por meio da obra *Menina Bonita do Laço de Fita*, da escritora Ana Maria Machado. O caminho delineado pela investigação apontou para o seguinte objetivo geral: analisar a obra de modo a discutir a eficiência da mesma em consonância com os preceitos legais em atender as demandas da escola em si e principalmente dos discentes, e assim alcançar o diálogo entre os atores que compõem o âmbito escolar, por meio de uma pesquisa de cunho qualitativa.

Palavras-chave: Literatura infantil. Preconceito étnico-racial. Educação

1. Introdução

A escola consiste em um ambiente onde as relações sociais são intensificadas diariamente, o que colabora para o desenvolvimento de sentimentos como afetos e pertencimentos que são inerentes deste meio e contribuem para a formação de opiniões, ideias, problemas, semelhanças, diferenças, valores e regras para os que estão envolvidos nesta em prol de uma educação de qualidade, que se inicia pelo acesso de forma equânime a esta para todos, em especial, para os pertencentes à população negra, considerados como minorias sociais.

No Brasil, a construção da pauta em prol da luta pela educação, teve gênese há mais de um século, quando os negros do pós-abolição viram na educação formal uma maneira de ascender socialmente, não obstante, a escola enquanto âmbito social foi e infelizmente tem sido responsável pela manutenção de desigualdades discriminações, valorizando um cultura eurocêntrica que fere ferozmente os direitos humanos, amplamente praticada pelas escolas, com cenas que inferiorizam racialmente os discentes negros precisando urgentemente ser quebrada.

Não obstante, com a promulgação da Constituição no dia 05 de outubro de 1988, a educação passou a ser vista como um direito de todos e dever do Estado e da família. Em dezembro de 1996, foi promulgada a Lei nº 9.394 conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual tem como intento a uniformização e a garantia de que a educação fosse mais assegurada e legítima para todos os cidadãos. No entanto, a população negra ainda se apresentou carente de mais amparos legais, que de fato lhe reafirmasse a garantia de tais direitos, os quais podem ser completados a partir de 2003, com a sanção da Lei Federal 10.639 que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica do Brasil.

Passaram-se mais de uma década da implementação da legislação que vem oportunizar a garantia de direitos e a reafirmação e valorização da cultura e identidade da população afro-brasileira. No entanto, questionamentos são feitos diariamente em como trabalhar essas questões na educação básica, em especial na educação infantil.

Nessa vertente, a investigação delineada no presente trabalho, tem como propósito analisar o livro *Menina Bonita do Laço de Fita*, da escritora brasileira Ana Maria Machado, e a partir desta elencar como a escola e às práticas pedagógicas tem caminhado, de forma a andar lado a lado com as transformações sociais, a fim de trabalhar e dialogar com as demandas do seu corpo discente e as múltiplas culturas inerentes a este, principalmente no que concernem as diversidades raciais? Em que medida a prática e a abordagem de literatura infantil de personagem que reflitam os atores envolvido na sala de aula contribuem para o combate aos preconceitos em sala de aula e na comunidade escolar como um todo?

Consiste como objetivo deste tabalho propor uma reflexão acerca da temática apresentada e os questionamentos elencados a partir do mesmo com base na legislação vigente. O caminho delineado pela investigação apontou para o seguinte objetivo geral: analisar a obra de modo a discutir a eficiência da mesma e a sua acordância com os preceitos legais estabelecidos para aten-

der as demandas da escola em si e principalmente dos discentes, e assim, alcançar o diálogo entre os atores que compõem o âmbito escolar, por meio de uma pesquisa de cunho qualitativa.

2. A luta pela legitimação do direito à educação e a valorização da cultura negra: a implementação da Lei Federal 10639/2003

A escola consiste em um ambiente onde as relações sociais são intensificadas diariamente, o que colabora para o desenvolvimento de sentimentos como afetos e pertencimentos que são inerentes deste meio e contribuem para a formação de opiniões, ideias, problemas, semelhanças, diferenças, valores e regras para os que estão envolvidos nesta em prol de uma educação de qualidade, que se inicia pelo acesso a esta para todos, em especial, para os pertencentes à população negra, considerados como minorias sociais.

No Brasil, a construção da pauta em prol da luta pela educação, teve gênese há mais de um século, quando negros e negras do pós-abolição viram na educação formal uma maneira de ascender socialmente. Porém, a escola enquanto âmbito social o ambiente escolar não foi e infelizmente ainda tem sido receptiva aos anseios destes, constituindo-se como responsável pela manutenção e promoção de desigualdades e discriminações, valorizando uma cultura eurocêntrica que fere ferozmente os direitos humanos da população, com a prática de cenas que tendem a inferiorizar racialmente os pertencentes a população afrodescendente.

Contudo, com a promulgação da Constituição do Brasil, a nossa Carta Magna, no dia 05 de outubro de 1988, de acordo com Brasil (2010) a educação passou a ser vista como um direito de todos e dever do Estado e da família.

Seis anos depois, no dia 20 de dezembro de 1996, foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei nº 9.394, intitulada como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), em que se constitui as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para uniformizar e garantir que esta fosse mais assegurada e legítima. No entanto, a população negra ainda necessitava de mais amparos legais, que de fato lhes reafirmasse a garantia de tais direitos.

Em março de 2003, impulsionada pelo crescimento do debate em âmbito nacional resultou, finalmente, na alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tem o objetivo de promover uma educação que reconheça e valorize a diversidade, comprometida com as origens do povo brasi-

leiro. A Lei Federal 10.639, foi sancionada pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, por meio dos seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Ambos dispositivos legais que se encontram reafirmados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que são orientações para formulação de seus projetos comprometidos com a educação de relações étnico-raciais de forma positiva. Este parecer, aprovado em 2004, procurou dar respostas na área de educação para as demandas da população afro-descendente, por meio da construção de uma política curricular que combatesse o racismo e atos discriminatórios, em especial da população afro-brasileira.

A escola é o lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, de valores, de afetos, enfim, é onde os seres humanos, sem deixar de ser o que são, são moldados pela sociedade da qual faz parte, pertence. O Brasil, formado a partir das heranças culturais europeias, indígenas e africanas, não contempla, de maneira equilibrada, essas três contribuições no sistema educacional, por isso, faz necessário, sendo de suma importância, a meta de efetivar a realização das prerrogativas dessa Lei como essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária, justa, democrática e de direitos.

3. Educação e Diversidade na perspectiva dos Direitos Humanos

A diversidade consiste em uma característica inerente aos seres humanos desde os primórdios da humanidade. Não obstante, segundo Santos

(2008) somente a partir do final do século XX é que a sociedade passou a dar conta desta especificidade, ao declarar que os seres humanos não são iguais.

Santos (2008) ressalta que o respeito à diversidade constitui um dos valores de cidadania mais importantes, sendo essencial a valorização de todos os cidadãos, tendo consciência de que cada um teve e tem sua contribuição ao longo da história.

A escola consiste em um campo social, constituído por uma série de diversidade, pois a comunidade escolar é composta por discentes de diferentes grupos sociais, políticos, econômicos, étnicos, religiosos, dentre outros, em que neste espaço convivem pessoas de idades, origens, sexos, raças, etnias e condições socioeconômicas e culturais variadas. Sendo assim, no contexto apresentado, podemos concordar com Santos (2008) ao ressaltar que a escola vem demonstrando grande dificuldade para atender esta diversidade, uma vez que, ainda conserva concepções e práticas pautadas em tendências pedagógicas que consideram o processo de aprendizagem de forma homogênea, desconsiderando, a diversidade e as diferenças como elementos fundamentais ao desenvolvimento do educando.

Diversos grupos socioculturais se fazem presentes e têm conquistado seu espaço nos cenários públicos, colocando em pauta diversas questões, a saber, culturais, étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, dentre outras, que logram visibilidade, adesão e representatividade principalmente pelos movimentos sociais, que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens, serviços e reconhecimento político, social e cultural.

Santos (2008) designa como diversidade as diferentes condições étnicas e culturais, as desigualdades socioeconômicas, as relações discriminatórias e excludentes presentes em nossas escolas e que compõem os múltiplos grupos sociais.

De acordo com Santos (2008) ao nos referirmos à diversidade na área da educação nos remetemos à ideia de oferecer oportunidades a todos os educandos de acesso e permanência na escola, com as mesmas condições de igualdades, respeitando as diferenças. Inclusive ao ser abordada a questão das diferenças ou diversidades, não nos remetemos exclusivamente às minorias ou pessoas com necessidades especiais, a questão é muito mais ampla, pois todos nós seres humanos somos únicos, portanto diferentes uns dos outros.

Dentro da escola as diferenças têm se acentuado cada vez mais e com mais força, desafiando-nos a adoção de novas visões e práticas pedagógica,

que venham a quebrar paradigmas de que somente há uma única cultura e correta dentro das instituições de educação, e por isso há uma tendência em priorizar o que lhe parece comum, uniforme, homogêneo e estigmatizar, discriminar os que fogem aos parâmetros estabelecidos. (CANDAU, 2011)

Andrade (2009) ressalta que a desigualdade de poder entre culturas divergentes, cada vez mais vem intensificando, acentuando os processos de marginalização de grupos sociais, étnicos, e culturais considerados como minorias. Para Andrade (2009) o termo minoria é usado não no sentido quantitativo, mas sim no sentido das relações de poder e supostas vantagens e reconhecimentos que determinados grupos tem em detrimentos de outros. Nesse sentido, tem sido notório como implicações desta atitude o fechamento, exclusão e a recusa do diálogo por parte de alguns grupos culturais marginalizados, porque estes sentem a sua identidade cultural ameaçada.

As diferenças enriquecem as relações humanas, no entanto, o não saber como administrar esse processo podem causar situações de conflitos, exclusão e confrontos.

Candau (2010) ressalta que nos últimos anos a educação intercultural tem ganhado destaque no continente latino-americano, com um vasto desenvolvimento, tanto da ótica dos movimentos sociais, quanto das políticas públicas e da produção dentro da academia, a qual é concebida por Andrade (2009, p. 43) como:

Uma proposta que vise articular seriamente a cultura escolar e a diversidade cultural dos estudantes deve levar a uma análise de diferentes elementos, tais como: a linguagem e o comportamento dos professores; os exemplos utilizados em sala; as relações entre os estudantes; os preconceitos presentes no ambiente escolar; os conteúdos curriculares; a formação inicial e continuada dos professores; os materiais didáticos; os processos de avaliação; entre tantos outros elementos.

Por isso, de acordo com Andrade (2009), diversos são os desafios que são postos a essa proposta e um destes é como promover o diálogo entre as diversas culturas que permeiam a escola?

Para Candau (2008) a perspectiva intercultural almeja promover uma educação para o reconhecimento do outro, em um diálogo que caminhe entre os diferentes grupos socioculturais. Consiste em uma educação para a negociação cultural, norteada para a construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

Nesse processo, a escola consiste como uma das possibilidades para trabalhar com a desconstrução de estereótipos que tem prevalecido e propor-

cionando inúmeros desencontros que culminam nos conflitos em saber aceitar, compreender as diferenças proporcionando encontros na diversidade.

Dos desafios e oportunidades da interculturalidade na escola, ganha destaque questionamentos como: é possível delinear um diálogo entre culturas e educação?

Acreditamos ser perfeitamente possível, no entanto é preciso uma atenção maior para as práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola na contemporaneidade, no sentido de um posicionamento acerca dos preconceitos, discriminações promovendo diálogos, debates e redes de interações entre os diversos assuntos. Segundo Santos (2008):

A construção do conhecimento na Educação Contemporânea deve ocorrer coletivamente e estar voltada para questões que contemplem as diferenças, ou seja, a diversidade humana que compõe a escola, sendo necessário para isso, incluir questões a serem discutidas e/ou refletidas tais como: etnia, raça, gênero, classe, sexo, entre outras, valorizando todo o conhecimento que os diferentes grupos trazem para a sala de aula, enriquecendo muito mais o ensino e a aprendizagem (...) (SANTOS, 2008, p. 10)

Dentre os assuntos que logram destaque e que constantemente tem sido alvo de atos preconceituosos e discriminatórios, podemos elencar as discriminações em razão da raça, tema constantemente presente no cenário atual da sociedade brasileira, que se encontra em mutação de suas bases, e como reflexo disso, da escola, um dos principais pilares para a formação e manutenção de uma nação.

Nessa perspectiva é importante considerar, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), promulgado em dezembro de 2003, e atualizado em 2006, o qual estabelece como meta do governo federal estimular o debate e a aplicação dos direitos humanos na educação básica.

Dessa maneira, é imprescindível e urgente atrelar ao papel da escola o dever de trabalhar com os discentes a abordagem e o ensino da temática, que é de tamanha magnitude, sobretudo porque estes estão em pleno processo de construção de sua cidadania e identidade, e prescindem mais do que nunca, de orientações para caminhar de forma justa e socialmente integrada.

Há um longo caminho a ser percorrido para alcançar as mudanças tão requeridas, em vista de que estamos diante de um longo processo histórico em que a resistência às mudanças impera há anos, não obstante, estas já começaram a se iniciar, principalmente, pelo fato de que começaram a ser refletidas e discutidas.

4. Contos de fadas e a presença dos personagens negros nas histórias: a importância para a literatura infantil

Segundo Oliveira (2010) as narrativas dos contos de fadas se originaram durante toda a Idade Média e Moderna para a literatura popular das populações europeias em geral. E que a partir do século XVII, que tais narrativas foram sendo reunidas e recontadas por escritores, como Charles Perrault, Jean de La Fontaine e os irmãos Grimm que contribuíram de forma bastante significativa para a recriação dos contos de fadas como literatura infantil, lhes dando um estilo mais elegante e as traduzindo da tradição popular para o formato, tal como são conhecidas atualmente.

Para a autora, os contos de fadas se constituíam por relatos de fatos da vida de pessoas simples, recheadas de conflitos, aventuras, que na maioria das vezes não eram indicados a serem contados para as crianças, cujos relatos serviam apenas como entretenimento, e só muitos anos mais tarde com a descoberta das 14 fadas, idealizadas como mulheres perfeitas, lindas e poderosas, dotadas com poderes sobrenaturais. Por isso, as sociedades mais antigas sentiram a necessidade de utilizar essas histórias também à área da educação, já que as crianças gostavam muito desses contos e das fantasias inseridas neles, que contribuíam para a formação da personalidade dos pequenos.

Os contos de fadas existem a milhares de anos e é importante para a formação e a aprendizagem das crianças. Escutar histórias contribui de forma significativa para o início da aprendizagem e para que o indivíduo seja um bom ouvinte e um bom leitor, mostrando um caminho absolutamente infinito de descobertas e de compreensão do mundo. (OLIVEIRA, 2010, p. 14)

De acordo com Oliveira (2010, p. 33)

As crianças, à medida que se desenvolvem, devem aprender passo a passo a se entenderem melhor, e com isso tornam-se mais capazes de entender os outros, propiciando uma interação satisfatória e significativa. Para que esse desenvolvimento ocorra às histórias devem ser bem contadas de forma que despertem o interesse das crianças.

Oliveira (2010) ressalta que por meio das histórias, o contador pode despertar a imaginação dos ouvintes, transportando-os ao mundo da fantasia que está sendo criado ao seu redor. O fato de a criança gostar de ouvir histórias é muito importante, pois ela constrói dentro de si muitas ideias por meio de descobertas, de outros lugares, outras épocas, outros modos de agir, além de ter a curiosidade respondida podendo esclarecer melhor suas próprias dificuldades ou encontrar um caminho para a resolução delas.

No que se refere ao trabalho com a literatura infantil, Oliveira destaca que

É o começo para ser um leitor e para ser criativo nas suas produções orais, escritas etc. Percebe-se claramente que o trabalho com a Literatura Infantil pode ser muito rico e gratificante em todas as séries pois possibilita a interação do adulto com a criança e a interação entre as crianças no momento da contação de história. Na verdade, os contos de fadas, as fábulas, os mitos e outros, deixaram de ser vistos como fantasias, para serem presentidos como portas que se abrem para verdades humanas ocultas. (OLIVEIRA, 2010, p. 35)

Beneton (2013, p. 10) destaca a função socializadora e de desenvolvimento que são geradas pelas histórias para as crianças:

As histórias de bruxas malvadas, princesas presas em altas torres e cavaleiros corajosos fazem parte das histórias repetidas por vários séculos e nunca deixam de ser atuais. Todos os contos de fadas tratam de conflitos humanos (consigo e com os outros) e trazem mensagens essenciais ao desenvolvimento da criança. Em todos eles encontramos narrativas sobre nascimentos, rupturas de laços de família, sucessos e fracassos. Quando a criança ouve essas experiências, ela se familiariza com tramas que envolvem persistência e coragem, passa a compreender a dicotomia entre o bem e o mal e é estimulada a superar dificuldades.

Lobato e Santos (2012) enfatizam que a presença dos personagens negros na literatura infantil existe desde que estes passaram a ser representados na literatura de forma geral, no entanto sempre em posições subalternas, refletidas pela escravidão, em que estes não recebiam papéis de protagonistas nas obras.

Nessas histórias infantis o negro não ocupava o papel de protagonista, sua imagem era permeada por uma invisibilidade, pois este personagem fazia parte da história, mas era secundário. Tão insignificante que quase não existia no imaginário popular como personagem de histórias infantis, pois dificilmente nossa memória nos levava a apontar histórias com a presença deste personagem, mas ele estava ali e quase sempre associado à escravidão, sofrendo várias humilhações e agressões físicas e verbais(...) (LOBATO & SANTOS, 2012, p.5-6)

Somente nas décadas de 70 e 80 que o negro passa a ocupar o papel de protagonista em algumas histórias infantis, fruto da inovação na busca de um tratamento para à questão racial, no entanto, acabou prevalecendo a reprodução de preconceitos, haja vista dos personagens serem folclorizados, geralmente sendo relacionados a um espaço de pobreza e miséria e os colocando, quando associados com os personagens brancos, de forma subalterna, com traços de inferioridade. (LOBATO & SANTOS, 2012)

Lobato e Santos (2012) destacam que era comum também nas obras e publicações, certa tendência em evidenciar a questão da mestiçagem no Brasil, significando uma camuflagem do racismo e amenização dos problemas sociais, colaborando, para a promoção do mito da democracia racial.

Com isso, as histórias representadas nos livros, foram responsáveis por influenciar na reprodução de um ideal étnico, no qual o padrão de beleza é construído sobre traços europeizados, e aqueles que fogem a tais padrões são estigmatizados.

Segundo Lobato e Santos (2012), atualmente, a literatura infantil brasileira, tem apresentado diversas obras que valorizam a identidade, a cultura, a religião e os contos de tradição africana. Em tais obras, o personagem negro é retratado como ocupante, em diversos momentos, exercendo o papel de protagonista e desta vez, por meio de imagens menos estereotipadas, denominada de literatura infantil afro-brasileira, passando a atuar como uma das principais ferramentas no combate ao preconceito e à discriminação racial no Brasil, ganhando força maior e amparada por meio da Lei nº 10.639/03, a qual também institui que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira serão ministrados em todas as atividades curriculares da escola, em especial na área de literatura, artes e história.

5. Aspectos Psicológicos em relação ao racismo

Zamora (2012) comenta que “O racismo consiste na ideia de que algumas raças são inferiores a outras” (p. 565), o que contribui para o aumento das desigualdades sociais, culturais, políticas, psicológicas; evidenciando-se dessa forma as diferenças sociais justificáveis as diferenças biológicas.

Os aspectos psicológicos e o sofrimento psíquico estão completamente ligado a temática do racismo. Quando nós falamos do racismo, automaticamente estamos fazendo referência diretamente ou não a uma pessoa que sofre ou já sofreu algum tipo de discriminação racial.

Conforme Oliveira (2002), expõe no Brasil, o preconceito não se finda exclusivamente na identificação das características negativas apresentadas pela pessoa, mas sim, pela negação de características positivas apresentados aos indivíduos e aos grupos discriminados. Dessa forma, ele afirma que “o preconceito sutil trabalha mais profundamente na nossa

sociedade, arraigado no pré-consciente pela ideologia dominante” (p. 35).

É desqualificando o outro que o “preconceito sutil” ganha força na nossa sociedade, destruindo silenciosamente o psicológico da vítima; quando se trata de uma atitude preconceituosa contra uma criança essa corrosão psicológica na grande maioria dos casos é apresentada no comportamento: com baixo rendimento escolar, baixa autoestima, desmotivação para sair de casa, sintomas físicos, comportamentos agressivos, dentre outros.

Zamora (2012) afirma que a criança negra desde cedo sente-se rejeitada pelos veículos midiáticos por perceber a desvalorização de seu corpo em relação aos padrões estéticos de beleza arraigados na nossa sociedade que reserva o perfil de beleza para o tipo branco. “Tornar-se negro, portanto, é vencer inúmeros obstáculos, onde o referencial é sempre o mundo branco; é um desafio doloroso” (p. 568).

O autor citado no parágrafo a cima, utiliza-se dos argumentos de Gomes (2003) e Vilhena (2006) para traçar as características físicas dos negros, expondo que

Os atributos físicos ditos dos negros são geralmente pensados no negativo e sempre postos em comparação desfavorável aos ideais estéticos etnocêntricos. Dois exemplos disso são a visão do cabelo crespo como sendo “ruim”, “duro”, “bombril” (palha de aço) e do cabelo liso, que seria “bom”; bem como a apreciação depreciativa do nariz dos tipos negros, que seria “chato”, “grosso” em oposição ao “fino” dos brancos, que seria considerado bonito e mais que isso, o ideal da beleza (p. 567).

O que podemos observar é que o corpo, após receber inúmeros rótulos preconceituosos, deixa de ser visto e pela própria pessoa, como uma fonte de alegria e prazer para sentimentos de vergonha, raiva e ódio de si mesmo. Por muitas décadas os negros não possuíram um modelo positivo em relação a si mesmos, e por conta disso, anos se passaram e a relação que o negro nutria consigo mesmo era uma relação persecutória ele e o seu próprio.

A relação com o próprio corpo então passa a ser de vigilância, no sentido de mascarar as características “diferentes” do modelo dominante e, portanto, indesejáveis. Instala-se a preocupação em disfarçar seus traços físicos originais e de fazer-se “passar por branco”. Mas ao desejar embranquecer, o negro não se permite existir; ele instaura o projeto de sua própria extinção. (ZAMORA, 2012, p. 567)

Segundo Oliveira (2002) “Freud nos ensina que toda violência contra o Outro é uma violência contra si mesmo, uma tentativa de levar o eu a um estado inorgânico anterior” (p. 36). Com esta afirmativa de Freud, podemos perceber que a diferença que o agressor nutre em relação ao outro é reflexo das limitações e dificuldades que ele mesmo não consegue reconhecer em si próprio.

6. Análise do livro *Menina Bonita do Laço de Fita*, de Ana Maria Machado

Antes mesmo da promulgação da nossa Carta Magna e das leis de amparo e respaldo a educação, no sentido de valorização de culturas e afirmações de identidades, no ano de 1986, a autora Ana Maria Machado publicou uma obra infantil chamada *Menina Bonita do Laço de Fita*. Ao escrever e publicar a belíssima obra, a autora não imaginava a repercussão e importância que esse pequeno livro teria, inclusive o mesmo se tornou um dos seus maiores sucessos, se constituindo como uma obra da literatura infantil que pode e deve ser lida por crianças e suas famílias de todos os gêneros, cores, etnias, classes sociais.

A obra se inicia como todo clássico dos contos de fadas e da literatura infantil com o famoso "Era uma vez", e apresenta uma menina negra, bela de olhos, cabelos, pele, a qual é descrita de forma delicada e amorosa.

Além das características, de beleza tem se adjetivos que a marca como detentora de poder, que começa a ser cultivado pela mãe da menina, a apresentada como a mulher que cuida dos cabelos da menina, sempre a deixando bela, cuja analogia é feita as fadas do reino do luar e as princesas da África. Nesse aspecto temos algumas questões norteadoras e indagadoras, uma delas é: será que temos esse sentimento despertado em nossas meninas, que na maioria das vezes se perguntam sobre a sua beleza e ao mesmo tempo respondem não serem belas?

É citado também na história que a *Menina Bonita do Laço de Fita* tinha um grande admirador de sua beleza, um coelho bem branquinho, com olhos vermelhos e focinho nervoso sempre tremelizando, que achava a menina a pessoa mais linda que ele tinha visto na vida, desejando ter uma filha pretinha e linda como ela quando casasse.

Nesse intento, em um belo dia, o coelho foi até a casa da menina para lhe perguntar qual era o seu segredo para ser tão pretinha e linda. A menina com muita imaginação responde em cada momento algumas possibilidades

tais como: a queda em um balde de tinta preta, bebeu muito café e comeu muita jabuticaba quando era pequena, levando o coelho a tentar ficar pretinho igual a menina, no entanto suas tentativas foram em vão, todas fracassaram.

Em mais de uma de suas tentativas para descobrir o segredo da menina o coelho novamente vai até a sua casa, quando a mãe da menina explica para o mesmo que o segredo está na sua geração porque a gente se parece sempre com os pais, os tios, os avós e se ele queria ter uma filha pretinha e linda que nem a menina, tinha era que procurar uma coelha preta para casar.

O coelho nem precisou procurar muito e logo encontrou uma coelhinha escura como a noite, que o achava uma graça. Eles namoram, casaram e tiveram uma ninhada de filhotes, de todas as cores: branco, branco malhado de preto, preto malhado de branco. E dentre estes uma coelha bem pretinha que se tornou, afilhada da menina bonita do laço de fita que morava na casa ao lado.

E quando a coelhinha saía de laço colorido no pescoço sempre encontrava alguém que perguntava:

– Coelha bonita do laço de fita, qual é o teu segredo para ser tão pretinha?

E ela respondia:

– Conselhos da mãe da minha madrinha...

Na história retratada no pequeno livro, percebemos claramente a construção e a descrição da beleza da menina bonita de laço de fita, em que os elementos da negritude são destacados de forma bela e positiva, sem a presença dos chavões, que se constituem como elementos estigmatizantes.

Um dos elementos chaves na história que merece ser ressaltado é a presença da mãe da menina como detentora de um poder que reafirma a identidade negra em dois momentos na história.

O primeiro deles é quando a mesma cuida dos cabelos da filha, de forma carinhosa, não pretendendo modificá-los com práticas de alisamentos, ou outros métodos para modificá-los, pelo contrário, faz trancinhas, que enfatizam a beleza da filha, comparando-a as princesas e principalmente, princesas da África.

O segundo momento é quando a mãe aborda o sentido e a importância da ancestralidade, e a manutenção da cor negra vista de forma positiva e mo-

tivo de orgulho, que não precisa passar pelo branqueamento, a fim de ser valorizada.

A presença do coelho branco de olhos vermelhos e nariz tremelicante, representa também outro elemento fundamental na construção e descrição da história, pois este é a representação do olhar do Outro, o olhar da pessoa que não é negra, que consiste em um olhar que detém uma importante função, que é: a competência, a validação, apreciação e valorização do outro.

No texto esses elementos ficam bem interessantes, pois na sociedade o que predomina é a valorização das pessoas de cor branca, e no texto é o coelho que quer se tornar negro de todas as formas, mostrando que a beleza negra é beleza, digna de ser almejada, imitada, incorporada e principalmente valorizada.

7. Conclusão

A partir da pesquisa e análise realizada podemos considerar no presente trabalho, que por muito tempo a voz do personagem negro foi silenciada na literatura infantil brasileira, pois nestas estas não eram apresentados de forma enaltecida e sim subalternados, resultado de concepções ideológicas etnocêntricas que sustentaram todo o período de escravidão negra no Brasil.

Menina Bonita do Laço de Fita expressa, em síntese, a busca pela valorização da identidade negra por meio da apresentação da imagem do negro com status similar ao de qualquer outro cidadão, sendo apresentados personagens que vivenciam situações cotidianas. Lembrando que, a obra, apresenta apenas um dos vieses em que se pode trabalhar literatura infantil com temática étnico-racial, pois é possível encontrar, atualmente, literaturas infantis que buscam caminhos diversos e, às vezes, opostos a proposta apresentada por *Menina Bonita do Laço de Fita*.

Ao analisar a obra percebe-se claramente a intenção de considerar uma característica do mundo contemporâneo e a compreender que a literatura infantil é uma das ferramentas essenciais no combate ao preconceito, à discriminação e ao estabelecimento de uma educação mais comprometida com as relações étnico-raciais, principalmente pela legislação atualmente em vigor.

A legislação enfatiza o reconhecimento da importância de se trabalhar as questões étnico-raciais no espaço escolar, desde as séries inici-

ais, isto é, com as crianças, as quais se encontram em um estágio propício de construção de identidade e formação de conceitos sociais. Nesse sentido, a literatura infantil com temática africana e afro-brasileira se constituem com uma extensão da exigência legal na qual a temática deve ser trabalhada, dialogando com outras disciplinas, na área de conhecimento da literatura.

Obras como a destacada no presente trabalho, contribuem como um material de suporte que os profissionais da educação podem levar para sala de aula, oferecendo, assim, aos seus educandos, a oportunidade de conhecer textos de caráter antirracista contribuindo efetivamente para a afirmação de identidades, pois é capaz de romper com ideologias fundamentadas em desigualdades étnico-raciais e construir fundamentos para uma educação que propicia para a diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Marcelo. A diferença que desafia a escola: apontamentos iniciais sobre a prática pedagógica e a perspectiva intercultural. In: ____ et al. (Orgs.). *A diferença que desafia a escola: a prática pedagógica e a perspectiva intercultural*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

BENETON, Kelly Haro. *Os contos de fadas e a formação do ser humano*. Disponível em: <http://www.fals.com.br/revela18/revela%20xvii/artigo%205_xvi.pdf>.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em Direitos Humanos. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf>>. Acesso em: 28-12-2015.

_____. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, vol. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf>>. Acesso em: 28-12-2015.

_____. *As diferenças fazem diferença?* Cotidiano escolar, interculturalidade e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. Disponível em:

<http://www.novamerica.org.br/medh2/arquivos/As%20diferencas%20fazem%20diferenca_Vera%20Candauc-1.pdf>. Acesso em: 12-2015.

_____. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 13, n. 37, jan./abr. 2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em: 12-2015.

LOBATO, Ladyana dos Santos; SANTOS, Ana Rosa Pereira dos. *Personagens negros na literatura infantil*: análise de "O Menino Nito", de Sonia Rosa. Disponível em:

<http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/d0a7818d2b0e8561c6a3ee99e32f98ce_2749.pdf>.

OLIVEIRA, Caio Maximino de. Pluralidade racial: um novo desafio para a psicologia. *Psicol. Cienc. Prof.*, Brasília, vol. 22, n. 4, p. 34-45, 12-2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000400005>>. Acesso em: 20-03-2016.

OLIVEIRA, Patricia Sueli Teles de. *A contribuição dos contos de fadas no processo de aprendizagem das crianças*. Disponível em:

<<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/monografia-patricia-sueli-teles-de-oliveira.pdf>>. Acesso em: mar-2016.

SANTOS, Ivone Aparecida dos. Diversidade na Educação: uma prática a ser construída na Educação Básica. *Produção Didático-Pedagógica – Caderno Temático – apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE*. Paraná, 2008. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>>. Acesso em: 01-2016.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 3, p. 563-578, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922012000300009>>. Acesso em: 20-03-2016.